

O maior spread

O spread bancário no Brasil é o mais alto do mundo, o que provoca atritos entre o sistema financeiro e governos há anos. Spread é a diferença entre as taxas que os bancos pagam ao captar dinheiro no mercado e o juro que cobram nos empréstimos.

Essa nova onda de pressão sobre as instituições, expressa nas declarações públicas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tem como pano de fundo a redução dos depósitos compulsórios, dinheiro que os bancos devem deixar parado no Banco Central (BC), estimado atualmente em R\$ 270 bilhões.

Para aliviar os efeitos da crise no País, o governo liberou, ao longo dos últimos dois meses, aproximadamente R\$ 97 bilhões, segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Apesar disso, o spread bancário médio subiu de 26,4 pontos percentuais em setembro para 28,4 pontos em outubro.

"Não se pode aumentar ainda mais o custo para as empresas brasileiras em um momento difícil como este", queixa-se o diretor do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), José Ricardo Roriz Coelho. "O spread no Brasil é sete vezes maior que o de

outros países. É impraticável."

Anualmente, a Fiesp faz um ranking de competitividade, conhecido como IC. Um dos itens que o compõem é justamente o spread bancário. No estudo deste ano, a entidade usou dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) relativos a 2007. Os números mostram que o Brasil liderava o levantamento, com spread médio de 25,3 pontos percentuais. Em um distante segundo lugar estava a Colômbia, com 7,4 pontos, seguida pela França, com 7 pontos.

■ Composição

Um estudo do próprio Banco Central revelou que o spread brasileiro é composto por vários itens: custo administrativo (13,5% do total), inadimplência (37,35%), compulsório (3,59%), tributos (8,09%), outros impostos (10,53%) e margem líquida dos bancos (26,93%). Em outras palavras, dos 28,4 pontos do spread em outubro, a margem (lucro) das instituições era de 7,65 pontos percentuais.

O analista Luís Miguel Santacreu, da Austin Rating, avalia que o governo tem condições de pressionar os bancos a reduzir os spreads, mas acha difícil algum resultado prático em uma conjuntura complicada como a atual.